



Garibaldi Alves (D) recebe Mauricio Funes, candidato opositorista à Presidência de El Salvador

Jane Araújo

Garibaldi prevê votação rápida do reajuste dos servidores

O funcionalismo não será prejudicado com a transformação em projeto de lei da medida provisória que reajustou os salários de 800 mil servidores. Essa garantia foi dada pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves, que ainda previu dificuldades para aprovar uma nova versão da CPMF. **Página 4**

Comissão aprova fim do nepotismo no serviço público



Em reunião presidida por Marco Maciel (E), a CCJ aprovou também o projeto que criminaliza a pornografia infantil via internet

José Cruz

Proposta de Demostenes Torres aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça proíbe a nomeação de parentes de autoridades para cargos em comissão em todas as esferas de governo. A matéria vai agora ao exame do Plenário. **Página 3**

CPI dos Cartões decide na terça sobre acareação

A CPI dos Cartões Corporativos transferiu para terça-feira a decisão de submeter ou não a acareação o consultor legislativo André Fernandes e o ex-chefe de Controle Interno da Casa Civil José Aparecido. **Página 5**

Jefferson: cobiça nacional, e não internacional, ameaça Amazônia

Página 6

Viana pede menos retórica em novo papel estratégico do Legislativo

Página 7

Participantes da audiência que discutiu, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação

Participativa, questões religiosas relacionadas ao povo negro denunciaram casos de intolerância nessa área. A

audiência, coordenada por Paulo Paim (foto abaixo), faz parte dos debates sobre os 120 anos da Abolição. **Página 7**



Márcia Kallume

Magno Malta ouviu em Uberlândia e Uberaba professor universitário e chefe de cartório que estão presos sob acusação de prática de abusos contra crianças

Presidente da CPI da Pedofilia colhe depoimentos em Minas

O presidente da CPI da Pedofilia, senador Magno Malta (PR-ES), ouviu na quarta-feira, em Uberlândia (MG), o professor universitário Carlos Eduardo Martins Ivancko. Em entrevista à Agência Senado, Malta disse que Carlos Ivancko assumiu que desde a adolescência mantinha fantasias sexuais com menores de idade. O senador pretende requisitar à Justiça os autos do processo referente ao professor para fazer o cruzamento de dados com informações em poder da comissão.

Ivancko e sua namorada, Paula Souza Silva, foram presos sob acusação de estupro, atentado violento ao pudor e divulgação de material pedófilo. Magno Malta estava acompanhado por integrantes do grupo de trabalho ligado à CPI da Pedofilia.

Na terça-feira, o presidente



Magno Malta: CPI pedirá a quebra de sigilo de cerca de 700 pessoas suspeitas

da CPI da Pedofilia inquiriu em Uberaba (MG) o chefe de cartório Nevi Cançado Lacerda, que está preso por acusação de abuso sexual eliciamento de menores. Resguardado por um *habeas corpus*, ele se recusou a responder às perguntas do senador, durante o interrogatório na Penitenciária Aluizio Ignácio de Oliveira.

Nas investigações em curso

Gerardo Magela

na cidade mineira, foram encontradas no computador de Nevi Cançado diversas fotografias de menores praticando atos libidinosos. O chefe de cartório, que se encontra preso desde 8 de abril, é acusado de abusar sexualmente de 25 crianças.

Orkut

Entre os resultados do trabalho da CPI está a quebra de sigilo, pela empresa Google, de cerca de 3 mil álbuns de fotografias do portal de relacionamento Orkut, denunciados por contem imagens pedófilas. A partir do exame desse material, foram identificados mais de 500 pedófilos, entre os quais Nevi Cançado. Para coibir a divulgação desse tipo de imagens pelo Orkut, a Google desenvolve ferramentas que permitam maior eficiência na filtragem de conteúdos veiculados na internet.

Lula deve receber na terça os integrantes da comissão

Os integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia deverão ser recebidos na próxima terça-feira pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio do Planalto. Durante a audiência, os senadores pretendem relatar ao chefe do governo o trabalho que vem sendo feito pela comissão, informou o presidente da CPI, Magno Malta.

O colegiado também deverá pedir, na próxima semana, a quebra de sigilo de aproximadamente 700 pessoas suspeitas de prática de pedofilia, a partir da análise do material encaminhado à CPI pelo *site* de buscas Google.

Mão Santa culpa governo por desemprego entre jovens

Ao comentar levantamento do Ipea indicando elevadas taxas de desemprego entre jovens de 15 a 24 anos em seis regiões metropolitanas do país, o senador Mão Santa (PMDB-PI) atribuiu ao governo federal a responsabilidade pela geração insuficiente de postos de trabalho.

Segundo Mão Santa, o governo Lula tem gastado muito tempo com campanhas publicitárias – seguindo o exemplo de Hitler, durante a 2ª Guerra Mundial –, realizadas para difundir entre a população uma falsa percepção de prosperidade do país. E faria isso em vez de se dedicar à implementação de medidas efetivas para gerar emprego.

Arns lamenta exploração do trabalho infantil em lavouras

Ao comentar reportagem intitulada “80 mil crianças e adolescentes trabalham nas lavouras de fumo no Paraná”, da *Gazeta do Povo*, o senador Flávio Arns (PT-PR) lamentou o fato de ainda ocorrer no país a exploração de trabalho infantil.

Ele advertiu que essa prática na produção de fumo também pode estar acontecendo em outros estados, como Santa Catarina, Bahia e Rio Grande do Sul. E sugeriu a realização de audiência pública sobre o assunto na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

O registro de trabalho infantil nas lavouras de fumo paranaenses foi levantado, segundo o senador, pela Procuradoria do Trabalho no



Jane Araújo

“A situação se agrava no período de férias escolares”, afirma Flávio Arns

estado. Conforme acrescentou, a maioria daqueles jovens estuda na parte da manhã e trabalha nas lavouras à tarde. A situação se agravaria no período de férias escolares, pois as crianças e adolescentes seriam recrutadas para trabalhar o dia inteiro.

Geovani: Justiça Federal ampliará atendimento a carentes em Macapá

Geovani Borges (PMDB-AP) comemorou em Plenário o lançamento, no começo desta semana, da pedra fundamental da nova sede da Justiça Federal do Amapá. O prédio, a ser construído em uma área de 40 mil metros quadrados, deverá inicialmente abrigar seis varas judiciárias.

O senador observou que a expansão dos serviços da Justiça Federal para a zona norte da capital, Macapá, contribuirá para

a melhoria de vida de inúmeras famílias carentes de seu estado.

Geovani destacou uma emenda parlamentar de bancada que destinou no Orçamento R\$ 10,2 milhões à construção da obra, cuja conclusão está prevista para o próximo ano.

– Como sempre, e mais uma vez, a união da bancada federal do Amapá dá exemplo que transcende a partidos e a bandeiras ideológicas – enfatizou.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário do Senado

A sessão, marcada para as 9h, é não-deliberativa e destina-se a pronunciamentos de senadores. Entre os inscritos, estão Papaléo Paes (PSDB-AP) e João Pedro (PT-AM) e Serys Slhessarenko (PT-MT).

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
 1º Vice-Presidente: Tião Viana
 2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
 1º Secretário: Efraim Morais
 2º Secretário: Gerson Camata
 3º Secretário: César Borges
 4º Secretário: Magno Malta
 Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro
 Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
 Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
 Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves
 Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333
 Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
 Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva
 Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Morais
 Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
 Arte: Cirilo Quartim
 Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
 Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
 Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
 Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli (61) 3311-1151
 O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
www.senado.gov.br/jornal | jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – 70165-920 Brasília (DF)

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de quarta-feira do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves, Inácio Arruda, Mão Santa, Gim Argello e Virgínio de Carvalho

Investimento em pesquisa precisa chegar a 2% do PIB

O investimento anual em atividades de pesquisa básica e aplicada e de desenvolvimento tecnológico poderá ser gradualmente elevado ao patamar mínimo de 2% do produto interno bruto (PIB).

É o que prevê substitutivo de Alvaro Dias (PSDB-PR) à Proposta de Emenda à Constituição 54/04, de José Maranhão (PMDB-PB), acatado na quarta-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A matéria segue para deliberação do Plenário.

Depois de elogiar o conteúdo da proposta, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) anunciou que vai apresentar emenda de Plenário determinando que parte dos recursos seja aplicada na região amazônica.

Alvaro Dias observou que, transformada em lei, a proposta dará novo impulso à pesquisa em todo o país. O relator destacou ainda emenda apresentada pelo senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) determinando que a União não poderá bloquear os recursos para pesquisa e desenvolvimento tecnológico previstos no texto da PEC. A sugestão foi incluída no substitutivo pelo relator.

Acesso discado à internet não deve pagar interurbano

Nos municípios em que não houver provedor de acesso discado à internet, as chamadas telefônicas de longa distância para internautas serão cobradas como chamadas locais, de acordo com projeto (PLS 317/05) do senador Romero Jucá (PMDB-RR) que teve parecer favorável aprovado pela CCJ.

O projeto, relatado por Arthur Virgílio (PSDB-AM), segue para a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), para votação em decisão terminativa.

Segundo Jucá, a redução dos custos da chamada irá propiciar a habitantes de pequenas cidades “interação com o resto do mundo nas mesmas condições de que gozam os moradores dos grandes centros”.

TRT

A CCJ aprovou ainda, em caráter de urgência, parecer favorável, de Demostenes Torres (DEM-GO), a projeto que cria e transforma cargos e funções em comissão no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, no Rio de Janeiro.

A proposta (PLC 49/08) beneficiará servidores no exercício de cargos em comissão e funções comissionadas criados até 7 de fevereiro de 2002.

Segundo o autor da PEC, Demostenes Torres, decisão é “corolário do princípio da moralidade”, mas Wellington Salgado acha que proposta pode prejudicar escolha de assessores de confiança

CCJ aprova medida que acaba com nepotismo no serviço público

Parentes de autoridades não poderão ser nomeados para cargos em comissão no âmbito da administração pública, direta ou indireta, de qualquer dos Poderes, em todas as esferas de governo. É o que determina a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 49/03, aprovada na quarta-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A proposta, que segue agora para votação do Plenário, tem como primeiro signatário o senador Demostenes Torres (DEM-GO) e foi relatada na CCJ por José Maranhão (PMDB-PB).

De acordo com o texto da PEC, quem descumprir a lei estará sujeito a uma punição por ato de improbidade administrativa. Para Demostenes Torres, a iniciativa

tem por objetivo colocar na Lei Maior aquilo que já é consagrado por vários tribunais, que emitem sentenças contra o nepotismo.

O autor da proposta afirmou ainda que “isso [a aprovação da PEC] é o corolário do princípio da moralidade”. Ele explicou que o texto aprovado na CCJ proíbe, a não ser por concurso público, a contratação de parentes até o terceiro grau, seja por consanguinidade, afinidade ou adoção, em todos os Poderes e níveis da administração direta e indireta.

Epitácio Cafeteira (PTB-MA) votou contra a proposta. Ele disse desconhecer qualquer governador, ou outra autoridade com mandato eletivo, que não tenha se cercado de pessoas de confiança para cargos em comissão.

– A não ser que o governante seja filho de chocadeira – ironizou Cafeteira.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), após a manifestação de Epitácio Cafeteira, não se conteve, e sentenciou:

– Já que estamos no terreiro da granja, não tenho notícia de que nenhum galo ou galinha tenha nomeado um parente para coisa nenhuma – disse.

Valter Pereira (PMDB-MS) salientou que a proposta vinha em boa hora porque tem caráter saneador.

Por sua vez, Wellington Salgado (PMDB-MG) observou que a medida poderia prejudicar bons juizes, prefeitos, governadores e legisladores que têm ao seu lado assessores de confiança.



Na véspera do feriado, CCJ teve uma reunião produtiva e com quórum elevado, analisando sete itens de sua pauta, que seguem para o Plenário

Projeto criminaliza pornografia infantil via internet

O projeto de lei que tipifica como crime a produção, a divulgação e a venda – inclusive pela internet – de imagens envolvendo a exploração sexual de crianças e adolescentes recebeu parecer favorável da CCJ. A matéria, que tramita no Senado como PLS 254/04, vai para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) antes de ser votada em Plenário.

A proposta teve origem na CPI da Exploração Sexual e recebeu duas emendas na Câmara. Uma das emendas amplia os casos mencionados no projeto original, acrescentando, entre as tipificações, os crimes de portar ou comprar tais imagens. A outra inclui entre os casos de “corrupção de menores” aqueles praticados nas chamadas “salas de bate-papo” da internet, assim como em qualquer outro meio eletrônico.

Ao defender o projeto e as alte-

rações feitas da Câmara, a relatora da matéria, senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), declarou que a emenda sobre as salas de bate-papo “revela-se oportuna, na medida em que a corrupção de menores é, quase sempre, o primeiro passo para a prática desse tipo de crime”.

Demostenes Torres (DEM-GO) argumentou que a medida é necessária porque “a legislação ainda não prevê que portar esse tipo de material é crime”.

– E aquele que detém o material quase sempre é o próprio pedófilo – observou.

Também defenderam o projeto os senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Alvaro Dias (PSDB-PR). Flexa Ribeiro lembrou a atuação da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) à frente da CPI da Exploração Sexual, destacando os casos de exploração sexual infantil existentes no Pará e, particularmente, na ilha

de Marajó. Já Alvaro Dias ressaltou que outra CPI, a da Pedofilia, “tem uma função fundamental: produzir uma legislação sobre esses crimes”.

Substitutivo

O PLS 254/04 também poderá tramitar na CPI da Pedofilia, que pretende modificar a proposta por meio de substitutivo. Essa comissão quer incluir no texto um item prevendo “excludência de ilicitude”, para que a Justiça possa exigir que os provedores de internet preservem as eventuais provas de crimes em vez de apagá-las de seus computadores. Outra alteração visa proteger os chamados canais de denúncia, tanto públicos quanto privados. Dessa forma, um promotor público, por exemplo, não poderá ser incriminado por portar provas (como imagens de pedofilia) que esteja utilizando em uma investigação.

Comissão debaterá interrogatórios de crianças na Justiça

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania decidiu realizar audiência pública para debater possíveis mudanças no Código de Processo Penal e no Estatuto da Criança e do Adolescente. As modificações – previstas em projeto de lei (PLC 35/07) que tramita na comissão – visam à incorporação de novos procedimentos na inquirição de crianças e adolescentes que sejam vítimas ou testemunhas de crimes sexuais.

A solicitação da audiência foi feita pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), relatora da proposta, e também pelos senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM), Demostenes Torres (DEM-GO) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

No respectivo requerimento, os parlamentares argumentam que a proposta busca incorporar à legislação o chamado “depoimento sem dano”, por meio do qual a criança ou o adolescente vítima de abuso sexual não precisaria passar por mais de uma inquirição, visando à sua proteção psicológica.

Voto de louvor

A CCJ também apresentou parecer favorável a requerimento de voto de aplauso ao presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Humberto Gomes de Barros, que está próximo da aposentadoria compulsória.

O pedido, apresentado por Arthur Virgílio, ainda terá que ser analisado pelo Plenário.

Além do senador amazonense, Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) e Flexa Ribeiro também defenderam o voto de aplauso e ainda criticaram a lei que obriga os servidores públicos a se aposentarem aos 70 anos de idade – como é o caso do ministro Humberto Gomes de Barros.

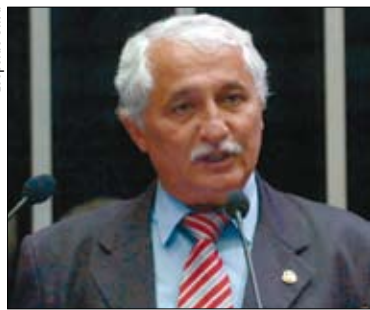


Suplicy destaca clima de encontro de Lula com Serra e prefeitos paulistas

Suplicy quer mais cooperação entre base e oposição

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu que os senadores do governo e da oposição tenham mais espírito de cooperação e de respeito. Segundo comentou, esse foi justamente o clima do encontro ocorrido terça-feira entre o presidente Lula (PT); o governador de São Paulo, José Serra (PSDB); o prefeito da capital paulista, Gilberto Kassab (DEM); e vários outros prefeitos da Baixada Santista e do ABC paulista.

– Seria importante se pudéssemos trazer para o recinto do Senado Federal, ainda que, por vezes, possa haver divergências entre nós, o espírito de cooperação e de respeito que pude testemunhar – afirmou o parlamentar.



Augusto diz que atividade compreende mais de dez áreas de especialização

Augusto Botelho homenageia os enfermeiros

Augusto Botelho (PT-RR) homenageou da tribuna os enfermeiros e enfermeiras brasileiros lembrando que em 12 de maio foi comemorado o Dia do Enfermeiro, instituído pelo presidente Getúlio Vargas, em 1938.

Segundo o senador, a Enfermagem compreende mais de dez áreas de especialização, podendo os profissionais atuar em setores e locais diversos, como centros cirúrgicos, unidades de terapia intensiva, prontos-socorros, hemodiálise, obstetrícia, planejamento familiar, creches, berçários, psiquiatria, geriatria, clínicas de repouso, atendimento domiciliar e resgate, entre outros.

Funcionalismo pode ficar “absolutamente tranquilo” em relação ao acordo que transformou medida provisória em projeto de lei, garante presidente do Senado

Garibaldi afirma que reajuste dos servidores será votado logo

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, afirmou que o funcionalismo não será prejudicado pelo acordo que transformou em projeto de lei a Medida Provisória 430/08, que abre crédito extraordinário de R\$ 7,56 bilhões para reajustar os vencimentos de 800 mil servidores. Ante a possibilidade de demora para a aprovação desse projeto de lei, ele frisou que não há o que recear.

Garibaldi disse que os servidores podem ficar “absolutamente tranquilos” quanto à votação do projeto de acordo com os prazos previstos.

“A nova CPMF não passa fácil no Senado”

O governo encontraria dificuldades para aprovar uma nova versão da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) no Senado para financiar a saúde, segundo afirmou o presidente do Senado, Garibaldi Alves. A proposta está sendo cogitada pela base governista na Câmara dos Deputados. O governo busca uma fonte de recursos para fazer frente à regulamentação da Emenda Constitucional 29, que destina mais verbas para o setor.

Com a regulamentação da emenda pelo Projeto de Lei Complementar 306/08, que deverá ser votado naquela Casa na próxima semana, a saúde deverá ganhar um aporte de cerca de R\$ 23 bilhões até 2011.

– A nova CPMF não passa fácil aqui no Senado. É preciso encontrar uma outra solução para a saúde – disse.

A idéia dos parlamentares governistas na Câmara é apoiar uma contribuição nos moldes da extinta CPMF, com alíquota de 0,1%, e permanente. A criação seria feita por meio de lei complementar de iniciativa do Congresso, e paralelamente à votação da regulamentação da Emenda 29.

Para Garibaldi, essa deveria ser “a última alternativa”, considerando-se a elevada carga tributária do país. Ele voltou a defender a busca de uma solução conjunta por Executivo e Legislativo. Entre as propostas apresentadas, ele disse que a taxação de cigarros e bebidas parece ser “a mais amena”.

– Não haverá nenhum prejuízo. Até porque a vigência será a mesma e o governo pretende pagar por determinada data – assinalou.

Na terça-feira, quando o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), anunciou a substituição da medida provisória por um projeto de lei a ser apresentado pelo Executivo, ele adiantou que a matéria tramitaria em regime de urgência. O objetivo, como explicou Jucá, era aprovar a matéria até 30 de maio para que os reajustes já fossem computados nos salários de junho.

Na mesma entrevista, Garibaldi

ressaltou que o acordo que permitiu a retirada dessa MP em troca da aprovação pelo Legislativo de um projeto de lei com a mesma concessão do reajuste é referente à retomada pelo Congresso de uma prerrogativa que lhe é exclusiva, a de legislar.

– O governo se acostumou com a edição de medidas provisórias e passou a achar tudo mais fácil com a assinatura de medidas provisórias, quando se pode ter esse outro caminho. Esse é o caminho mais democrático e é um caminho que leva ao mesmo objetivo.



Garibaldi (D) recebe representantes da Comissão do Programa de Acessibilidade

Prioridade à convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência

O Legislativo vai apressar a ratificação da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela ONU em dezembro de 2006. Essa promessa foi feita pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves, à representante da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, Izabel Maíor.

Considerada um marco para os

militantes da causa da justiça e equidade social e para seu público destinatário, a convenção já foi assinada por 24 países, e a meta agora é fazer com que o Brasil seja o 25º a ratificar o documento. Na próxima semana, o documento deverá ser ratificado na Câmara, quando seguirá para o Senado.

A ratificação dessa convenção confere ao texto a mesma relevância de uma norma constitucional.

Candidato à Presidência de El Salvador pede missão de senadores

O candidato opositorista à Presidência de El Salvador, Mauricio Funes, visitou o presidente do Senado, a quem pediu que envie uma missão de senadores brasileiros para observar as eleições naquele país, em 15 de março de 2009.

Representante da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), ele disse recear a falta de transparência no processo elei-

toral. Mauricio Funes informou que esta é a primeira vez que uma força política de oposição ameaça o partido que está no poder, daí porque ele teme retrocessos no processo de estabilização democrática.

Mauricio Funes disse ter fundamentadas dúvidas de que a direita possa recorrer à fraude eleitoral ante a possibilidade de alternância no poder.

Senadores lamentam perda de cinegrafista

Na sessão de quarta-feira, senadores prestaram homenagem à memória do cinegrafista da TV Senado Alípio Vieira da Cruz, que morreu na noite da terça-feira, de ataque cardíaco, aos 56 anos.

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, afirmou que Alípio, um servidor discreto, trabalhava na TV havia 14 anos e era responsável por uma das câmeras que capta as imagens dos senadores que discursam.

Inácio Arruda (PCdoB-CE) lembrou que Alípio trabalhara até tarde no Plenário, na noite de sua morte. Paulo Paim (PT-RS) pediu que o Senado enviasse condolências à família e Eduardo Suplicy (PT-SP) solicitou aplausos ao funcionário, que “era uma pessoa muito querida”.

Mão Santa (PMDB-PI) pediu um minuto de silêncio e Demostenes Torres (DEM-GO) lamentou a morte do servidor em nome de seu partido. Gim Argello (PTB-DF) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) também manifestaram pesar.

Mário Couto critica abandono de escolas no Pará

Mário Couto (PSDB-PA) cobrou dos vereadores de Conceição do Araguaia (PA) a fiscalização sobre a aplicação de recursos destinados à educação no município.

O senador visitou no último sábado o município paraense e disse ter ficado impressionado com a situação de abandono das escolas públicas locais.

Na terça-feira, Mário Couto apresentou requerimento pedindo ao Ministério da Educação informações sobre todos os repasses feitos a Conceição do Araguaia pelo Fundeb desde 2007.

O senador também encaminhara ofício ao procurador-geral da República, Antônio Fernando de Souza, em que solicita a atuação do Ministério Público Federal para apurar possíveis irregularidades na aplicação dos recursos.



Flexa Ribeiro diz que estado do Pará "é uma terra sem lei"

Flexa Ribeiro vai denunciar Ana Júlia no exterior

Ao contrário do que diz a propaganda oficial, o Pará é "uma terra sem lei", afirmou em discurso o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), ao anunciar que denunciará a governadora Ana Júlia Carepa (PT) a órgãos internacionais por omissão em relação aos direitos humanos.

– Sob a gestão do PT, o Pará vive no mais absoluto caos e não é a propagandada "Terra de Lei" – disse o senador, citando a violência no campo, o desmatamento e o trabalho escravo como fatos que fogem ao controle da segurança pública.



Valter Pereira considera covarde a atitude de índios caiapós no Pará

Valter Pereira repudia agressão a engenheiro

Valter Pereira (PMDB-MS) repudiou a "agressão covarde" sofrida quarta-feira pelo engenheiro Paulo Fernando Rezende, e que resultou em um corte profundo no braço direito.

O ferimento foi feito a golpe de facão por índios caiapós durante o encontro em que o engenheiro debatia os impactos ambientais da hidrelétrica de Belo Monte, no estado do Pará.

O senador disse que a agressão foi motivada pelo fato de Rezende ter colocado em dúvida a argumentação do ambientalista Osvaldo Sevá, que é contra a obra.

O depoimento, na CPI dos Cartões, do consultor legislativo do Senado e do ex-chefe de Controle Interno da Casa Civil foi cancelado quarta-feira devido à ausência dos parlamentares inscritos para inquiri-los

Acareação entre André e José Aparecido será decidida na terça

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Cartões Corporativos votará, na próxima terça-feira, requerimentos de acareação entre o consultor legislativo do Senado André Eduardo da Silva Fernandes e o ex-chefe de Controle Interno da Casa Civil José Aparecido Nunes Pires. Os dois estariam

envolvidos no episódio do vazamento de informações sigilosas do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. O anúncio sobre a reunião foi feito pela presidente da CPI, senadora Marisa Serrano (PSDB-MS).

A parlamentar pretende votar na mesma reunião requerimentos convocando mais dois funcionários do Palácio do Planalto: o secretário de Administração da Casa Civil, Norberto Temóteo Queiroz, e o assistente de auditoria da Secretaria de Controle Interno da Casa Civil Marcelo Veloso Nascimento. Ambos foram citados como envolvidos na confecção do suposto dossiê.

A CPI reuniu-se quarta-feira para retomar o depoimento de José Aparecido Pires, interrompido na véspera por conta do início da ordem do dia do Plenário. No entanto, os quatro parlamentares inscritos para arguir o depoente não estavam presentes.

Sem quórum para a votação do requerimento de acareação – havia



Marisa Serrano afirma que a próxima reunião poderá definir a data de votação do relatório

nove parlamentares presentes, e eram necessários 13 –, Marisa Serrano liberou os dois depoentes: André Eduardo e José Aparecido. Ela marcou a votação do requerimento para a próxima semana.

Relator não quer acareação

O relator da CPI, deputado Luiz Sérgio (PT-RJ), disse ser contrário à acareação. Em sua opinião, cabe à Polícia Federal, e não à comissão, esclarecer o vazamento. Ele confirmou que deverá apresentar o relatório final na quinta-feira.

Marisa Serrano avaliou que "faltou empenho" tanto do governo quanto da oposição para a realização da reunião de quarta-feira. A senadora ressaltou que, após a reunião da próxima terça-feira, caso os requerimentos não sejam aprovados, o passo seguinte será ler os sub-relatórios e depois votar o relatório final. O prazo de encerramento da CPI é 8 de junho.

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) lamentou o fato de a CPI ter

chegado a "um fim melancólico e previsível". Para ele, a comissão termina "sem ter investigado quase nada" e tendo promovido "um debate de nível discutível".

– Foi um fracasso anunciado de uma comissão que começou muito mal. A CPI é uma prerrogativa da oposição, mas esta foi comandada desde o início pelo governo – frisou Alvaro Dias, que afirmou depositar as esperanças no trabalho da Polícia Federal para que o caso seja esclarecido.

Relatório paralelo

Essa também é a opinião do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), que ainda defende a acareação. Virgílio viu contradições nos depoimentos de André Fernandes e José Aparecido e destacou que o consultor legislativo falou "desprotegido, de peito aberto e sob juramento", enquanto o servidor da Casa Civil estava protegido por um *habeas corpus*.

Arthur Virgílio salientou que a oposição deverá apresentar um relatório paralelo ao fim da CPI, que será encaminhado ao Ministério Público mesmo que seja rejeitado em votação no colegiado, em que o governo tem maioria. O senador considera que a realização de uma comissão parlamentar de inquérito apenas no Senado poderia ter tido melhor resultado.

Heráclito recomenda leitura de entrevista com FHC

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) recomendou a leitura da entrevista que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso concedeu ao jornalista Ricardo Kotscho, na qual "critica a mesquinha e propõe um grande debate nacional ao presidente Lula". Kotscho é ex-assessor do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O parlamentar pediu a transcrição da entrevista nos Anais do Senado, observando que ela pode ser lida no site Último Segundo.

– O presidente Fernando Henrique Cardoso faz algumas ponderações, reconhece seus erros e seus acertos como presidente da República, com o cuidado de dividi-los não só com a sua equipe, mas com terceiros – comentou.

Heráclito Fortes afirmou ainda que o Tribunal de Contas da União (TCU) precisa "ter cuidado" com o ex-diretor de Controle Interno da Casa Civil da Presidência da República José Aparecido Nunes Pires, que está de volta ao TCU depois do caso sobre o dossiê de gastos com cartões corporativos do governo passado.

– Ele não sabe se passou *e-mail*, não sabe se leu, não sabe se viu, não sabe absolutamente nada. Não digo nem pela sua capacidade de vaziar documentos, mas pela sua displicência em



Para Heráclito, TCU precisa "ter cuidado" com José Aparecido

Henrique e Lula não estariam bem, lembrando o passado comum dos dois e o excelente clima na transferência do cargo. Já o senador Mão Santa (PMDB-PI) destacou o "bom caráter" do jornalista Ricardo Kotscho.



Mário Couto cita matéria do jornal Correio Braziliense

Mário Couto acusa PT de usar dossiê contra adversários

A pedido do senador Mário Couto (PSDB-PA), será inserida nos Anais do Senado matéria do jornal *Correio Braziliense*, do último domingo, segundo a qual o Partido dos Trabalhadores vem utilizando dossiês para intimidar adversários desde que Luiz Inácio Lula da Silva tomou posse como presidente da República.

A reportagem usa como um dos esteios da tese o caso do suposto dossiê sobre gastos do governo Fernando Henrique Cardoso. E relembra o caso do dossiê contra candidatos tucanos. Ambos os episódios estariam marcados por um estilo copiado do regime soviético em sua fase stalinista, de acordo com o jornal.

Além do perfil do ex-diretor de Controle Interno da Presidência da República José Aparecido Nunes, apontado pela Polícia Federal como o responsável pelo vazamento do dossiê dos cartões corporativos, a matéria cita os acusados de negociar, em 2006, com o chefe do esquema que ficou conhecido como máfia das ambulâncias, Luiz Antônio Vedoin, um pacote de informações sobre o então candidato ao governo de São Paulo José Serra (PSDB).

A matéria relaciona o nome de Jorge Lorenzetti, colaborador de Lula, e de outras pessoas ligadas ao presidente por meio do Núcleo de Inteligência de suas campanhas à Presidência, como Osvaldo Bargas e Expedito Veloso, além do assessor de comunicação do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) – este à época também candidato ao governo de São Paulo –, Hamilton Lacerda.

Geraldino Magela



Para Lúcia Vânia, programa reintegrará os jovens ao processo educacional

Lúcia Vânia comemora reestruturação do Projovem

Lúcia Vânia (PSDB-GO) comemorou a aprovação, pelo Plenário, da reestruturação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), conforme prevê o Projeto de Lei de Conversão 9/08, que modificou a Medida Provisória 411/08.

– O programa tem como objetivo promover a reintegração dos jovens ao processo educacional,

sua qualificação profissional e seu desenvolvimento humano – resumiu Lúcia Vânia, relatora da matéria.

A senadora explicou que agora existem quatro modalidades do programa: Projovem Adolescente, Projovem Urbano, Projovem Campo – Saberes da Terra e Projovem Trabalhador, que atenderão jovens de 15 a 29 anos. Cerca

de R\$ 1,5 bilhão serão investidos em 2008. O Projovem tem como objetivos manter os jovens nas escolas, aumentar sua escolaridade e capacitá-los profissionalmente, além de complementar a renda familiar.

Lúcia Vânia considerou alarmantes recentes dados divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que

mostram índice de desemprego de 46,6% entre a população de 15 a 24 anos. Esse índice de jovens desempregados, salientou a senadora de Goiás, é maior que no México, Argentina, Suécia, Itália, Espanha e França, entre outros países.

Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou o pronunciamento da colega.

Mozarildo anuncia moção de Roraima contra Tarso Genro

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) informou que a Assembleia Legislativa de Roraima vai votar uma moção declarando o ministro da Justiça, Tarso Genro, *persona non grata* (pessoa não bem-vinda) no estado e já aprovou nota acusando o ministro de agir como “ditador” ao ir a Roraima “cercado por verdadeira tropa de elite” e mandar a Polícia Federal prender cidadãos sem ouvir o Judiciário.

A nota, disse Mozarildo, repudia o ministro por ter afirmado que “o estado democrático de direito está chegando em Roraima”. Os deputados estaduais sustentam que o “ministro tem a presunção de que é democrático e de direito apenas aquilo que o mesmo pensa”.

Mozarildo também leu matéria do jornal norte-americano *The New York Times*, que afirma que “o Brasil está preocupado com a soberania da floresta amazônica”. Para ele, a reportagem volta a expor que “a velha trama de ocupação da Amazônia continua em marcha”.

O senador citou declarações feitas nas últimas décadas por autoridades mundiais questionando que a Amazônia seja dos brasileiros, e não da Humanidade. Para ele, as notícias sobre aquecimento global e produção de etanol trouxeram de volta pressões sobre a região.

– O próprio governo brasileiro está colaborando com esse plano de internacionalização da Amazônia criando imensas reservas, que ficam ao deus-dará – opinou.

J. Freitas



Para Mozarildo, política do governo ajuda o plano de internacionalizar a Amazônia

Bom humor contra a proposta de perda de soberania da Amazônia

Ao comentar artigo do *The New York Times* que defende internacionalização da floresta, Jefferson Péres aconselha brasileiros a não reagir com raiva a quem apresenta o tema

O debate sobre a internacionalização da Amazônia deve ser enfrentado com bom humor, e os brasileiros não devem reagir de modo enraivecido a menções a respeito do tema. Essa é a opinião do senador Jefferson Péres (PDT-AM), que, em discurso no Plenário, na quarta-feira, fez referência a artigo publicado pelo jornal *The New York Times* esta semana, com a tese de que a Floresta Amazônica deve ficar sob jurisdição internacional.

– Não tenho medo da cobiça internacional, mas sim da nacional, das ações de pecuaristas e madeireiros, que poderão levar ao holocausto ambiental da região – advertiu.

Para ele, a resposta adequada ao tema, costumeiramente mencionado por setores ambientalistas de países como os Estados Unidos, deve ser similar à dada

Jone Araújo



“Tenho medo de ações que levem ao holocausto ambiental”, afirma Jefferson

pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF) em recente seminário. Questionado sobre essa possibilidade, o parlamentar pelo Distrito Federal afirmou que, por essa lógica, a Califórnia, Paris ou o Alasca também deveriam ser internacionalizados.

Jefferson disse acreditar que

tal debate leva os brasileiros a perceberem sua responsabilidade sobre aquela região. Ele observou ainda que o questionamento da soberania brasileira na Amazônia só poderia ser aventado caso algumas situações limites se configurassem, como o “holocausto ecológico, um processo de pauperização que levasse a população a se tornar refém do narcotráfico ou o descaso nas áreas de educação e pesquisa”.

O parlamentar defendeu ainda o fortalecimento do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) e dos centros de biotecnologia das universidades brasileiras e cobrou uma presença maior das Forças Armadas na região.

Em aparte, João Pedro (PT-AM) destacou a necessidade de fortalecimento da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).

Demostenes aponta falhas no Plano Amazônia Sustentável

Ao analisar o desempenho administrativo do Ministério do Meio Ambiente na gestão da ex-ministra Marina Silva, por meio da realização orçamentária no período de 2003 a 2007, o senador Demostenes Torres (DEM-GO) criticou o Plano Amazônia Sustentável (PAS), lançado pelo governo no início deste mês.

Mesmo reconhecendo os méritos do plano quanto ao diagnóstico do problema amazônico e ao conjunto de dados econômicos, sociais e geográficos no qual se baseou, Demostenes apontou várias falhas no projeto. Na sua avaliação, o texto dá muita importância ao que seriam “simples

providências de ofício”, e não atitudes estatais de grande promessa nas áreas de monitoramento e controle ambiental. Um exemplo seria o objetivo de intensificar a fiscalização na região e aumentar os investimentos em segurança.

Além de considerar o texto prolixo, pelo uso de expressões sociológicas complicadas, o senador avaliou como “extremamente temerário” o projeto “ressaltar o retorno operacional da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) como instrumento eficaz de política pública para a Amazônia”.

– A Sudam historicamente foi uma fonte incomensurável

José Cruz



Para Demostenes, texto do PAS é prolixo e não inova na área de controle ambiental

de corrupção, e não vejo como entendê-la purificada, ainda agora que houve a união do aparelhamento petista com antigos abutres – criticou.

Ao final de seu pronunciamento, Demostenes deu as boas-vindas à senadora Marina Silva pelo seu retorno à Casa.

J. Freitas



Senador sugere uso de áreas desmatadas e abandonadas para produção agrícola

Mesquita defende pequenos produtores da Amazônia

Antes de lutar pela preservação da Floresta Amazônica, é necessário pensar nos habitantes da região. O comentário foi feito por Geraldo Mesquita Junior (PMDB-AC) ao defender investimentos governamentais para ajudar moradores da floresta, pequenos produtores locais.

O senador citou a existência de grandes áreas desmatadas e abandonadas, antes usadas para pastagens, que poderiam ser destinadas à produção de alimentos. Ele sugeriu que o governo fomentasse a instalação de equipamentos para auxiliar produtores.

– Hoje, 70% do que o acreano come vem de fora do estado. É uma barbaridade – comentou.

Com o aproveitamento de áreas degradadas, avaliou, seria possível estancar o desmatamento, dando uma “perspectiva econômica e social a pessoas que tentam fazer aquilo que sabem e que gostam, que é produzir”.

Em aparte, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse que nem todos os moradores da Amazônia são “bandidos e grandes latifundiários”, e muitos dos pequenos produtores que vivem na região foram colocados ali pelo governo, em assentamentos, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incr).

Já o senador Augusto Botelho (PT-RR) observou que os pequenos produtores “são os maiores conservadores da floresta”.

Márcia Kalume



Professores de diversos estados apresentaram projetos inovadores, que foram reconhecidos

Audiência destaca projetos vencedores do Prêmio Victor Civita

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) realizou audiência pública com os vencedores do prêmio Victor Civita Professor Nota 10, promovido pela revista *Nova Escola*. Enquanto a Escola Municipal Francisco Aragão, de Rio Branco, capital do Acre, foi reconhecida pelo projeto de estudo de insetos por alunos de seis anos, a Escola Municipal Procópio Faria, de Vila Rica (MT), foi premiada pelo ensino de cálculos matemáticos para alunos de 7ª e 8ª séries a partir da rentabilidade das pequenas propriedades rurais.

Segundo Bernadete Rocha, da escola de Rio Branco, o projeto com insetos foi conduzido em paralelo ao aprendizado da leitura e da escrita.

Já Vânia de Almeida, da Procópio Faria, mostrou como seus alunos estudaram custos, receitas e despesas a partir da produção de leite. No final, os alunos viram que matemática não

se reduz a fórmulas e concluíram que a produção de doce de leite era mais lucrativa do que a venda do próprio leite.

Projetos de estímulo à leitura e à escrita para crianças a partir dos quatro anos foram abordados pelas professoras Francisca das Chagas, da Escola de Ensino Fundamental João Pinto Magalhães, de São Gonçalo do Amarante (CE); Fátima Regina dos Reis Ribeiro, da Escola Municipal Padre Nonato, de Itajubá (MG); e Iranez Ponsoni Martins, da Escola Municipal de Ensino Fundamental Ângela Pellegrini Paludo, de Nova Prata (RS).

David Saad, diretor-executivo da Fundação Victor Civita, assinalou como objetivo do prêmio a valorização do trabalho do educador.

Também foram ressaltadas a necessidade de valorizar a criança, sua capacidade de aprendizado e as propostas dos professores.

Senado anistia multa de quem vendeu bebida alcoólica durante proibição

O Projeto de Lei de Conversão 13/08, aprovado terça-feira pelo Senado, cancela todas as multas aplicadas durante a vigência da Medida Provisória 415/08, da qual foi originado. A MP proibia a venda de bebidas alcoólicas em qualquer estabelecimento situado às margens de rodovias, mas mantinha a tolerância do Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/97) para que o condutor do veículo automotor tivesse até seis decigramas de álcool por litro de sangue.

O projeto permite a venda de bebidas alcoólicas nesses estabelecimentos, mas acaba com a tolerância em relação a qualquer teor de álcool no sangue dos condutores. O motorista, assim, não pode consumir qualquer quantidade de álcool antes de dirigir. As multas aplicadas aos estabelecimentos comerciais flagrados vendendo bebidas serão canceladas por emenda acrescentada pelo relator, Francisco Dornelles (PP-RJ), a



Relator do projeto, Dornelles adotou idéia de Expedito, que vai a exame da Câmara

partir de sugestão encaminhada por Expedito Júnior (PR-RO). Com as alterações do Senado, o PLV 13/08 será novamente analisado pela Câmara dos Deputados.

A decisão de Francisco Dornelles de eliminar a proibição da venda de bebidas alcoólicas em áreas urbanas e rurais foi elogiada por Paulo Paim (PT-RS), para quem a medida preservará mais de 80 mil empregos.

Brasileiros não modificaram, em quase dois séculos, sua concepção de política e continuam medindo produtividade do Congresso pela quantidade de projetos votados

Tião Viana sugere mudança da prática política no Parlamento

Ao analisar a crise de credibilidade vivida hoje pelo Parlamento, o senador Tião Viana (PT-AC) disse que não há mais lugar para antigas formas de democracia representativa. Ele afirmou que o mundo e as condições econômicas mudaram e que outros são os papéis a serem desempenhados pela política.

– Não há mais tempo para os longos e belos discursos que empolgavam as galerias. O dinamismo da vida contemporânea impõe seu ritmo às decisões políticas, que deverão ser igualmente rápidas. Quanto maior a dificuldade em responder ao que se demanda, maior o risco de o Parlamento ser visto como inoperante e como empecilho à resolução de importantes questões que afetam a vida dos outros – destacou o senador.

Para ele, as comissões técnicas tendem a assumir o primeiro plano da produção legislativa. É nelas,



Para Tião Viana, modelo imperial está por trás da crise do Legislativo brasileiro

frisou, que ocorrem estudos aprofundados, condição para a decisão dos parlamentares.

Tião Viana disse reconhecer a importância da retórica política, mas observou que os parlamentos se profissionalizam e precisam de um assessoramento técnico especializado e qualificado. Ele questionou, ainda, se por trás da crise

do Legislativo “não se esconde o próprio modelo de presidencialismo imperial” brasileiro.

– Mais do que a ação deste ou daquele governo, penso estar no próprio modelo político a raiz de boa parte dos problemas políticos com os quais nos deparamos regularmente – afirmou.

O senador apontou, ainda, a poderosa influência da matriz histórica ibérica do Brasil e o fato de os brasileiros não terem, em quase dois séculos de Estado nacional, modificado sua concepção de política, medindo a capacidade de trabalho do Congresso pela quantidade de projetos votados. Atualmente, observou, o que menos se exige é o excesso de leis.

Viana apelou pela reflexão sobre essas questões, com a convicção de que com isso o Parlamento estará dando o passo certo para a consolidação da democracia.

Paim apela por Estatuto da Igualdade Racial

Durante o debate na CDH, o presidente da comissão, senador Paulo Paim (PT-RS), apelou aos deputados para que aprovem o Estatuto da Igualdade Racial (PLS 213/03), com ou sem emendas.

– Quando chegar ao Senado votamos em um mês. Não façam como o Estatuto dos Povos Indígenas, que está há 30 anos sem votação – reclamou Paim aos deputados.

A CDH decidiu, a pedido de José Nery (PSOL-PA), realizar debates no Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Bahia, Goiás e Pará para ouvir representantes de todas as religiões e entidades do movimento negro.

Por sugestão de Leomar Quintaninha (PMDB-TO), a comissão vai ainda discutir, em reunião marcada para 5 de junho, a violência contra os idosos e, por proposta de Paim, as políticas de distribuição de renda e combate à inflação, com a presença do presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Márcio Pochmann.



Ao lado de religiosos, Paim (E) ouviu “grave denúncia” contra ex-ministra Matilde Ribeiro

Proposta de CPI da intolerância religiosa surge em debate na CDH

Participantes da audiência pública que discutiu questões religiosas relacionadas ao povo negro na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) denunciaram casos de intolerância religiosa. O pastor Albert Silva, da Igreja O Brasil para Cristo, denunciou a ex-ministra da Secretaria de Políticas da Igualdade Racial Matilde Ribeiro por recusar sua ajuda na organização de conferência nacional sobre igualdade racial, em 2003, pelo fato de ele ser pastor. Segundo Albert Silva, a então ministra teria dito que “não tinha lugar para negro evangélico”. Na opinião do presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS), trata-se de uma denúncia grave.

O presidente da Ilê de Owa Isan,

Francisco Alves da Silva, relatou ter sofrido discriminação por parte de diretor de órgão público de que é servidor por ser adepto de religião africana, enquanto que o superior era evangélico. As pessoas, disse, não assumem suas crenças por medo do preconceito.

Para a presidente da Federação Brasileira de Umbanda e Candomblé, Marinalva Moreira, adeptos de religiões africanas têm receio de comparecer a atos públicos por medo de recriminações.

O coordenador-geral do Coletivo de Entidades Negras (CEN) Ogan do Ilê Axé Oxumaré, Marcos Rezende, mostrou em vídeo a destruição de imagens e de terreiro em Salvador e pediu a instalação de uma CPI da intolerância religiosa.

“Não é possível que estejamos a ponto de assinar um acordo com a União Européia e ainda não tenhamos um acordo sobre compras governamentais dentro do Mercosul”, afirma ministro

Amorim destaca papel do Parlamento do Mercosul na integração regional

O Parlamento do Mercosul poderá ajudar o bloco a encontrar soluções para temas complexos do processo de integração, previu na quarta-feira o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, durante audiência pública promovida pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. Entre esses temas, ele citou as compras governamentais, que foram discutidas – como observou – durante quatro anos no Poder Executivo.

– A intervenção da sociedade política será extremamente positiva, pois vai permitir desbloquear questões discutidas há muito tempo. Não é possível, por exemplo, que estejamos a ponto de assinar um acordo com a União Européia e ainda não tenhamos um acordo sobre compras governamentais dentro do Mercosul – disse.

Segundo Amorim, o Mercosul já está consolidado. Depois de passar por dificuldades de 1999 a 2002 – período de instabilidade econômica internacional –, agora o bloco já estaria recuperado. Como exemplo disso, ele citou o fato de que, nos primeiros quatro meses deste ano, as vendas brasileiras para os países do Mercosul



Aloizio Mercadante (D) ouve a exposição do ministro Celso Amorim a parlamentares

atingiram 12,5% do total das exportações do país – contra 14,5% dirigidas aos Estados Unidos.

“Generosidade”

Para que o Brasil tenha maior presença no cenário internacional, afirmou o ministro, é necessário que a região viva de forma pacífica. Por isso, defendeu uma postura de “generosidade” em relação aos países vizinhos menos desenvolvidos.

– Se não ajudarmos as economias menores, como as do Paraguai e do Uruguai, elas não vão deslançar. E isso será uma fonte permanente de ressentimentos – advertiu.

Em resposta ao presidente da representação, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), que manifestou preocupação sobre a reivindicação do novo governo

paraguaio de renegociação do Tratado de Itaipu, Amorim disse que o tratado não deve ser mudado. Mas ressaltou a disposição do governo brasileiro em negociar um programa de apoio ao Paraguai, principalmente na ampliação de sua infra-estrutura.

– O que mais interessa ao Brasil é um desenvolvimento saudável do Paraguai, como dos outros países vizinhos.

Durante o debate, Adelmir Santana (DEM-DF) sugeriu que se estude uma legislação do bloco para as pequenas e médias empresas. Valdir Raupp (PMDB-RO) quis saber a posição do governo diante da proposta de tributação simplificada para os “sacoleiros”, que promovem um pequeno comércio nas fronteiras. Amorim respondeu que o objetivo é o de trazer os comerciantes para a formalidade. Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu que o governo se empenhe pela liberação da ex-senadora Ingrid Betancourt, ainda detida pelas Farc. Inácio Arruda (PCdoB-CE) solicitou apoio do Executivo a um seminário sobre integração energética continental, em julho em Caracas, na Venezuela.

Mercadante teme superposição entre legislativos

O presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, Aloizio Mercadante, manifestou na quarta-feira preocupação com a proposta de se estabelecer um novo parlamento ligado à União das Nações Sul-Americanas (Unasul), cujo tratado de criação será assinado hoje em Brasília.

O senador pediu informações a respeito do tema ao ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, e sugeriu que o debate a respeito da criação do novo órgão legislativo passe pelos atuais integrantes do Parlamento do Mercosul. A seu ver, existe o risco de uma superposição entre as duas casas.

– Já temos pela frente a imensa tarefa de consolidar o Parlamento do Mercosul e não podemos promover o desperdício de recursos públicos.

Em linguagem diplomática, Amorim disse que a preocupação de Mercadante estava “anotada”. Ele confirmou que a criação do Parlamento da Unasul faz parte do tratado a ser assinado em Brasília, mas observou que não há prazo definido para que o novo órgão legislativo – cuja sede seria em Cochabamba, na Bolívia – entre em funcionamento.

– Não podemos deixar a Unasul sem um braço parlamentar – afirmou Amorim.

O vice-presidente brasileiro do Parlamento do Mercosul, deputado Dr. Rosinha (PT-PR), informou que existem negociações em andamento para que se promovam duas reuniões anuais deste parlamento com o Parlamento do Pacto Andino. Ele sugeriu que os Congressos Nacionais dos países da América do Sul venham a

participar do debate.

Amorim concordou que o processo seja iniciado por meio da união entre os Parlatmentos do Mercosul e do Pacto Andino, desde que se encontre espaço para a participação da Guiana e do Suriname, países que não estão representados nos dois órgãos.

Mercadante, por sua vez, ressaltou o compromisso do Uruguai com a construção de uma sede própria para o Parlamento do Mercosul. Ele relatou já ter ouvido cobranças de uruguaios a respeito da posição brasileira favorável à escolha de uma cidade boliviana para sede do futuro Parlamento da Unasul. O senador lembrou a dificuldade de acesso internacional a Cochabamba, o que poderia dificultar a realização, nessa cidade, de reuniões de parlamentares de toda a América do Sul.

Virgílio pede que Senado investigue Eduardo Braga

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) pediu a criação de comissão externa da Casa para averiguar denúncias de envolvimento do governador do Amazonas, Eduardo Braga, em obras fantasmas e esquema de licitação fraudulento.

Conforme o senador, Eduardo Braga, entre outras denúncias, pagou R\$ 18 milhões à empreiteira Pampulha para executar obras fantasmas no Alto Solimões. De acordo com o parlamentar, o Tribunal de Contas do Estado e o Ministério Público (MP) já iniciaram as investigações. O MP, afirmou o senador, já ordenou “a demissão de secretário de Estado e o bloqueio de bens de auxiliares”.

Arthur Virgílio também denunciou o pagamento de R\$ 70 milhões a seis empreiteiras, no intuito de minimizar as consequências das fortes chuvas que caíram no estado em abril do ano passado. Mas os contratos, informou, tiveram de 35% a 40% de seu valor total quitados um dia após terem sido assinados.

Virgílio também pediu informações ao ministro da Cultura, Gilberto Gil, sobre o filme *Se nada mais der certo*, do diretor José Eduardo Belmonte, que recebeu R\$ 1 milhão em incentivos.

Em uma cena, três assaltantes usam máscaras dos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso, Fernando Collor e José Sarney. O fato deixou Virgílio indignado.

– Se tivessem incluído a face do presidente Lula, sairia o dinheiro? – questionou Virgílio.

Paim lê carta em homenagem a Marina Silva

O senador Paulo Paim (PT-RS) leu trechos da carta em que Frei Beto, ex-conselheiro do presidente Lula, homenageia a ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva em seu retorno ao Senado. No texto, a senadora é comparada a Cícero, cônsul e maior orador da Roma antiga.

“Retorna à tua cadeira no Senado Federal. Lembra-te ali de teu colega Cícero, de quem estás separada por séculos, porém unida pela coerência ética, pela justa indignação e pelo amor ao bem comum. Faz ressoar ali tudo o que calaste como ministra. Não temas, Marina. As gerações futuras haverão de te agradecer e reconhecer o teu inestimável mérito”, diz a carta.

Paim afirmou que leu apenas trechos, por não concordar com todo o teor da carta, publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, e que faz críticas ao governo.



Virgílio apresenta várias denúncias contra o governador do Amazonas

Leopoldo Silva

João Pedro destaca atuação de Sibá Machado

João Pedro (PT-AM) homenageou, quarta-feira, o ex-senador Sibá Machado (PT-AC), suplente da senadora Marina Silva (PT-AC), que reassumiu seu mandato após deixar o cargo de ministra do Meio Ambiente. João Pedro ressaltou a coragem de Sibá na defesa do governo Lula e manifestou sua admiração pelo ex-senador, que também é dirigente do PT no Acre.

– É um desafio sair do movimento social e vir para o Senado fazer o debate político e a defesa do nosso governo. O Sibá foi de uma valentia, de uma transparência, de uma dignidade que eu não poderia deixar de registrar. Ele está ao lado dos grandes exemplos do Senado. Sai daqui vitorioso – enfatizou.

João Pedro aproveitou também para dar as boas-vindas à senadora Marina Silva.